

Passarinho esclarece contratos no Senado

Ao desmentir as notícias de que teria realizado cerca de seiscentas nomeações nos últimos dias de sua gestão como presidente do Senado, o senador Jarbas Passarinho garantiu ontem que, afora as contratações dos senadores derrotados Gilvan Rocha (PMDB-SE) e Evandro Carreira (PMDB-AM) como consultores médico e jurídico, respectivamente, a atual Mesa Diretora daquela Casa do Congresso limitou-se a regularizar as situações funcionais de pessoas que já tinham vínculo empregatício com o Senado.

Segundo o parlamentar paraense, ao contrário do que foi divulgado pela imprensa, em seu ato nº 21 a Mesa não contratou nenhum funcionário novo, havendo apenas uma "mudança de status" de 514 empregados, em decorrência da consolidação dos quadros do Senado. Desta forma, enquanto 206 funcionários contratados pelo regime da CLT há mais de dois anos passaram para o quadro permanente da Casa; 308 nomeados por tempo determinado, e em muitos casos somando até quatro anos no exercício de suas funções, foram readmitidos sob o sistema celetista.

Já as contratações para a Gráfica e o Prodasel, conforme Passarinho, são feitas diretamente pelos segundo e terceiro secretários do Senado, sem passar previamente pela aprovação da Mesa. Só no primeiro setor, as nomeações che-

garam a 130, enquanto no segundo a ampliação do quadro de pessoal seria justificada pela quintuplicação da capacidade de operação daquele sistema de processamento de dados.

O presidente do Congresso admite, contudo, a existência de aspectos questionáveis nas últimas deliberações da Mesa do senado.

Um deles seria a existência de 28 parentes de senadores entre os 206 funcionários que passaram para o quadro permanente da Casa, e que segundo Passarinho tratam-se de secretarias parlamentares beneficiados pela resolução que favoreceu o pessoal com mais de dois anos no Senado.

"Ora, os secretários parlamentares correspondem aos secretários particulares existentes no Poder Executivo, cargos de absoluta confiança e para os quais não há nada de anormal em convidar parentes" - explicou o senador sob a concordância do diretor-geral do Senado, Aiman Nogueira, para quem o ato da Mesa é "legal, correto e justo".

Ressaltando que em gestões anteriores foram feitas centenas de nomeações, "sem que se criasse nenhum escândalo em torno disto", Passarinho atribuiu o noticiário da imprensa a respeito da atual Mesa à "patrulha" que viria sendo movida contra ele. E concluiu com uma indagação: "Será que, ocupando cargos, eu sirvo ou dessirvo os mesmos?"